



Texto anticorrupção terá roteiro decidido na terça

Alterada na Câmara, proposta do Ministério Público seguirá no Senado caminho a ser definido pelos líderes

Nascido de uma campanha do Ministério Público Federal (MPF) que recebeu a assinatura de 2 milhões de cidadãos, o projeto voltou ao Senado na quarta-feira depois de cumpridas exigências na tramitação feitas à Câmara pelo Supremo Tribunal Federal. O texto foi aprovado em novembro pelos deputados, mas teve o conteúdo bastante alterado, sob críticas do MPF e de parte do Judiciário. No Senado, a tendência é que a proposta passe pelas comissões permanentes antes de ir ao Plenário. **3**

Marcos Oliveira/Agência Senado



Senado analisará, entre outros pontos, a tipificação do crime de caixa dois e penas maiores para a corrupção

Fim do foro privilegiado passará por último debate antes de ir a voto

A proposta que acaba com o foro privilegiado passou ontem pela quarta sessão de discussão em Plenário. Após a quinta sessão, que deve ocorrer na próxima semana, o texto poderá ser votado em primeiro turno.

De autoria do senador Alvaro Dias, a proposta extingue o foro especial por prerrogativa de função para todas as autoridades brasileiras. **3**

Inspeção sanitária e incentivo a cinema são temas de novas MPs

O Congresso recebeu nesta semana duas novas medidas provisórias. Uma delas prorroga o prazo de isenção de impostos federais para compra de equipamentos para salas de cinema. A outra aumenta de R\$ 15 mil para R\$ 500 mil a multa para empresas de produtos de origem animal que descumprirem normas sanitárias. **2**

Jonas Pereira/Agência Senado



Eunício (C) apresenta diretrizes em evento com Ilana Trombka, Jorge Viana, Cássio Cunha Lima e Luiz Fernando Bandeira

Senado anuncia diretrizes estratégicas

A Comissão Diretora do Senado apresentou ontem as diretrizes estratégicas da Casa para os próximos dois anos, envolvendo os aspectos administrativo, legislativo, de apoio à atividade parla-

mentar e de comunicação.

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, frisou a importância do aprimoramento institucional e prometeu uma administração "partilhada e harmoniosa". **2**

Adiada análise de MP sobre concessão de rodovias **3**

Mudança em importação de produto agrícola é rejeitada **4**

Senadores divergem sobre reforma da Previdência **4**

Arte floral do Japão, ikebana deve ganhar dia nacional

O Plenário aprovou ontem um projeto que cria o Dia Nacional da Ikebana, em 23 de setembro, em homenagem à tradicional técnica japonesa de arranjos florais. É o

mesmo dia em que começa a primavera. Antes de ser enviada para a sanção presidencial, a proposta ainda tem de passar por uma nova votação no Plenário. **4**



Pedro Balle/USP Imagens

A ikebana valoriza não apenas a flor, mas a planta como um todo

Em pauta, diplomacia com Venezuela e Cuba

Pedro Franco/Agência Senado



Collor conduz reunião da Comissão de Relações Exteriores

Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Fernando Collor anunciou que vai se encontrar com o chanceler Aloysio Nunes Ferreira para discutir a normalização das relações diplomáticas com Venezuela e Cuba. Os países retiraram seus embaixadores do Brasil por discordar do impeachment de Dilma. O Brasil também está sem embaixador em Caracas. **3**

Debatedores apoiam audiência de custódia

Gerardo Magela/Agência Senado



Senador José Medeiros (E) coordena debate em comissão

A possibilidade de usar a audiência de custódia não apenas para avaliar a legalidade de prisões, mas também para julgar delitos sem violência, foi apoiada por alguns debatedores na Comissão de Direitos Humanos, mas avaliada por outros como prejudicial ao direito de defesa. Prazo de 24 horas para as audiências, sugerido na proposta debatida, foi considerado curto. **4**

Senado anuncia diretrizes para o biênio 2017-2019

O acompanhamento de políticas públicas e o reforço de mecanismos de transparência e dados abertos são algumas das orientações estratégicas anunciadas ontem pelo presidente da Casa, Eunício Oliveira

A COMISSÃO DIRETORA do Senado apresentou ontem as diretrizes estratégicas para a administração da Casa para o biênio 2017-2019 em todos os seus âmbitos (administrativo, legislativo, de apoio da atividade parlamentar e da comunicação social).

— Estamos aqui com um único objetivo: o futuro do Senado Federal e o futuro do Brasil — disse o presidente da Casa, Eunício Oliveira, em evento no Auditório Petrônio Portella.

Eunício ressaltou que qualquer organização, pública ou privada, só prospera por meio do entendimento e do consenso.

De acordo com ele, a Comissão Diretora do Senado pretende estreitar os laços entre o comando político da Casa e a estrutura funcional que apoia o Senado em diversos aspectos da atividade parlamentar.

— Nessa linha de pensamento, nós, Comissão Diretora, escolhemos entender toda a instituição do Senado como nossa responsabilidade. Escolhemos o diálogo como forma

de realizar parte do objetivo para os quais fomos eleitos — destacou.

O presidente do Senado ainda afirmou a importância do aprimoramento institucional da Casa por meio de metas compartilhadas.

De acordo com o senador, as diretrizes estratégicas são um guia para potencializar o desenvolvimento e não representam um dado estático do novo sistema de gestão, mas sim algo que pode ser mudado com a participação dos funcionários.

— Juntos e comprometidos, podemos muito mais. Esta será uma administração partilhada e harmoniosa na busca de entendimento — disse Eunício.

Entre as diretrizes apresentadas, estão acompanhar o desempenho de políticas públicas, ampliar a oferta de informação legislativa e dar continuidade aos planos de logística sustentável, acessibilidade e equidade.

Também estão entre as orientações do Senado para os próximos 24 meses a readequação do quadro de pessoal

e o reforço dos mecanismos de transparência ativa e da política de dados abertos, além da adoção de modelos de governança e planejamento estratégico.

Palestra

O evento de ontem teve palestra do fundador da organização Amana-Key, Oscar Motomura, sobre os novos desafios para a gestão pública. Ele ressaltou a criatividade e a iniciativa como pontos fundamentais para superar desafios em busca de um bem comum.

Motomura destacou a importância de os servidores não se conformarem com o estado das coisas e tentarem ser agentes de mudanças, cuidando para que erros já cometidos no passado não sejam repetidos.

— É importante não cometer os mesmos erros já cometidos no país e observar o que funcionou em outros países. Como organização, temos que estar sempre meio passo à frente — frisou Motomura.

Veja as diretrizes da Casa: <http://bit.ly/diretrizes2017-2019>



Rose de Freitas (PMDB-ES) é a autora da proposta que modifica atribuições de duas comissões do Senado, aprovada pelo Plenário na quarta-feira. Em reportagem publicada nesse dia pelo **Jornal do Senado**, a autoria foi atribuída por equívoco a Kátia Abreu (PMDB-TO).

Hélio José elogia comunicação legislativa do Senado

Hélio José (PMDB-DF) elogiou na quarta o trabalho da área de comunicação do Senado. Ele participou do 4º



Encontro de Meios Legislativos de Comunicação da América Latina e Caribe, no México, em reunião do Parlamento Latino-Americano (Parlatino). A Comunicação do Senado, disse, permite ao cidadão participar na elaboração de leis, fiscalizar atos públicos e acompanhar os trabalhos legislativos. Ele destacou a Agência, a TV, a Rádio e o **Jornal do Senado**, além do Interlegis/ILB.

Congresso recebe 2 medidas provisórias

Duas medidas provisórias começaram nesta semana a tramitar no Congresso.

A MP 770/2017 prorroga até 31 de dezembro a suspensão da cobrança de todos os tributos federais que recaem sobre a compra de equipamentos para salas de cinema. A validade do benefício terminaria no dia

26 deste mês.

A MP 772/2017 eleva de R\$ 15 mil para R\$ 500 mil o valor máximo de multa que pode ser aplicada a empresas de processamento de produtos de origem animal que infringirem a legislação sanitária. A edição da MP ocorre duas semanas após a Operação Carne Fraca.

Lúcia Vânia quer integração do Criança Feliz com outros programas sociais

Lúcia Vânia (PSB-GO) defendeu ontem a integração do Criança Feliz com os demais programas sociais nas três esferas da Federação. Ela também disse



monitoradas, para que apresentem os resultados desejados. A senadora lamentou dado do IBGE de que quase 75% das crianças com menos de 4 anos não estão matriculadas em creche ou escola.

Ataídes Oliveira critica gasto do governo com aluguel de torres em Brasília

Ataídes Oliveira (PSDB-TO) alertou para o gasto do governo federal com aluguéis. A Defensoria Pública da União e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional gastam, disse, mais de



R\$ 50 milhões por ano para

ocupar quatro torres pertencentes ao Sistema S, em Brasília. — Esse dinheiro que o Sistema S usou para fazer as quatro torres é dinheiro público. Eles fizeram os prédios e alugaram para o governo.

Alvaro Dias condena possível aumento de imposto e cobra soluções para dívida pública

O aumento de tributos pelo governo é inadmissível, disse Alvaro Dias (PV-PR) na quarta. Ele afirmou que foram apresentadas as reformas da Previdência e a trabalhista, mas nenhuma proposta de administração



competente da dívida pública, que não para de crescer. — O responsável pelo rombo não é a Previdência, mas o monumental aumento de recursos para pagamento da dívida pública.

Roberto Requião pede retomada de propostas econômicas originais do PMDB

Roberto Requião (PMDB-PR) criticou integrantes do PMDB no governo que, a seu ver, adotaram política econômica contrária aos princípios do partido.



— Esse grupo se apoia em um documento espúrio, cha-

mado *Ponte para o Futuro*. A iniciativa, disse, é um projeto do PSDB e do DEM, apropriado por dirigentes do PMDB “sem representatividade política ou histórica”.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



PLENÁRIO Sessão para debates

9h A sessão é não deliberativa, destinada a pronunciamentos dos senadores e avisos da Mesa Diretora.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Coordenadora-geral: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burre
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenador de Edição: Mikhail Lopes
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Líderes definirão roteiro do texto anticorrupção

Reunião das lideranças partidárias do Senado na terça-feira deverá decidir como será a tramitação do projeto proposto pelo Ministério Público e alterado pela Câmara

O PROJETO DE lei de iniciativa popular que estabelece medidas contra a corrupção só será encaminhado para análise das comissões do Senado após a reunião de líderes na terça-feira.

O presidente da Casa, Eunício Oliveira, decidiu deliberar sobre o caminho do projeto com as lideranças antes de oficializar qualquer decisão sobre o assunto.

O PLC 80/2016 nasceu de uma campanha do Ministério Público Federal que ficou conhecida como “10 medidas contra a corrupção”.

O projeto foi aprovado com alterações pela Câmara dos Deputados em novembro e chegou a ser remetido ao Senado na época.

No entanto, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luiz Fux, em decisão sobre um mandado de segurança, decidiu pela volta do projeto à Câmara para corrigir irregularidades na tramitação.

Fux e o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, acordaram que a proposta poderia prosseguir após uma conferência das assinaturas de aproximadamente 2 milhões de cidadãos que apoiaram o texto.

A Secretaria-Geral da Mesa da Câmara fez o procedimento, que foi atestado na quarta-feira pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa.

Como essa condição foi cumprida, não houve necessidade de se promover outra votação do texto pelo Plenário da Câmara. Com isso, o PLC retornou ao Senado na noite da quarta-feira.

Na primeira passagem pelo Senado, a proposta havia sido despachada para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde não chegou a receber parecer.

Também foi alvo de um requerimento de urgência para análise direta no Plenário, o que foi rejeitado pela maioria



Presidente do Senado, Eunício quer ouvir os líderes antes de oficializar decisão

dos senadores em razão das mudanças inseridas no texto pelos deputados.

Eunício já rejeitou a hipótese de remeter o projeto a uma comissão especial, de onde ele seguiria para o Plenário. A tendência, portanto, é que ele passe pelo filtro das comissões permanentes.

Mudanças

O PLC 80 estabelece, entre outros pontos, a tipificação do crime eleitoral de caixa dois,

a criminalização do eleitor pela venda do voto e a implantação obrigatória de mecanismos de auditoria nos partidos políticos. Determina também o aumento das penas para crimes como estelionato, peculato, corrupção passiva e corrupção ativa e a transparência dos processos.

O conteúdo original foi bastante modificado na Câmara, o que gerou críticas de integrantes do Judiciário e do Ministério Público.

Os deputados ainda acrescentaram um capítulo inteiro dedicado à responsabilização de juízes e promotores do Ministério Público pelo crime de abuso de autoridade.

De acordo com o texto modificado na Câmara, cometerá crime de abuso o juiz ou promotor que incorrer em práticas como atuar com “motivação político-partidária” ou instaurar processos “sem indícios mínimos de delito” ou “de maneira temerária”.

Questionado em entrevista ontem sobre as alterações feitas pelos deputados, Eunício disse tratar-se de algo natural no Parlamento. Ele afirmou que em quase 20 anos no Congresso ainda não viu qualquer projeto sair da mesma forma que entrou.

— A sociedade civil pode encaminhar matérias e fazer proposições ao Congresso, desde que tenha as assinaturas suficientes. Mas cabe ao Congresso debater, definir, aprovar ou rejeitar — disse.

Collor debaterá com ministro relações com Caracas

O presidente da Comissão de Relações Exteriores (CRE), Fernando Collor (PTC-AL), disse que pretende reunir-se com o chanceler Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), senador licenciado, para tratar da normalização das relações diplomáticas com Venezuela e Cuba. O pedido foi feito por Cristovam Buarque (PPS-DF)

Os dois países retiraram os embaixadores do Brasil por considerarem o impeachment de Dilma um golpe de Estado.

Em consequência, o então embaixador brasileiro em Caracas, Ruy Pereira, também

foi chamado de volta pelo governo de Temer. E a representação brasileira em Havana pode ficar sem embaixador já nas próximas semanas. Até o momento, o governo cubano não se manifestou sobre a indicação do diplomata Frederico Duque Estrada como o substituto de Cesario Melantonio, que vai para a Grécia.

— Reconheço que a posição dos governos de Venezuela e Cuba é unilateral, mas tenho certeza de que o chanceler será sensível e envidará todos os esforços buscando superar essa situação — disse Collor.

Ele afirmou que pretende tratar com Aloysio sobre a moção em análise na Organização dos Estados Americanos (OEA) que pede a saída da Venezuela da entidade.

Collor disse que é contra a retirada da Venezuela, ainda que reconheça que a nação comandada por Nicolás Maduro seja criticada por “setores da sociedade brasileira”.

Na reunião de ontem, Collor ainda avaliou a saída do Reino Unido da União Europeia. Ele destacou que o apoio popular ao processo está caindo, segundo pesquisas.

Fronteiras

A CRE também aprovou, a pedido de Jorge Viana (PT-AC) e Ana Amélia (PP-RS), a realização de uma audiência pública para debater o tráfico de drogas, armas e pessoas nas regiões de fronteiras.

Antonio Anastasia (PSDB-MG) apresentou relatório sobre a indicação de Paulo Cesar Meira de Vasconcelos para a embaixada em Israel.



Collor, presidente da comissão, conversará com chanceler também sobre Cuba

Governo e oposição divergem sobre MP em análise

Por falta de quorum e de acordo, a comissão mista que analisa a MP 752/2016 adiou a apresentação e a votação do relatório para terça-feira. A MP permite a prorrogação de contratos de concessão em andamento e a relicitação de contratos do Programa de Parcerias de Investimento (PPI),

especialmente para rodovias, ferrovias e aeroportos.

A medida recebeu 90 emendas de deputados e senadores. O parecer do deputado Sérgio Souza (PMDB-PR) está pronto, mas não foi divulgado. O relator reforça a intenção do texto em reduzir os custos de produção e aumentar os

investimentos do setor de transportes.

O presidente da comissão, senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO), defende a apresentação e a votação do relatório na terça-feira, mas a oposição anunciou que precisa de mais tempo para analisá-lo.

Fim do foro especial terá última sessão de discussão em 1º turno

A proposta de emenda à Constituição que acaba com o foro privilegiado estará em pauta na próxima sessão deliberativa do Senado, para a quinta e última discussão em primeiro turno. Ontem o Plenário concluiu a quarta sessão de discussão.

Apresentada por Alvaro Dias (PV-PR), a PEC 10/2013 determina o fim do foro especial por prerrogativa de função para todas as autoridades brasileiras, inclusive o presidente da República, nas infrações penais comuns. A proposta também permite a prisão de membros do Congresso condenados em segundo grau nas infrações comuns. Hoje eles

são julgados pelo Supremo Tribunal Federal e só podem ser presos após condenação definitiva.

Dez emendas à proposta foram registradas em Plenário. Por isso, após a quinta sessão de discussão, a PEC voltará à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) para decisão sobre as emendas, com base em análise do relator, Randolfe Rodrigues (Rede-AP).

Depois o texto retornará ao Plenário, para a votação em primeiro turno. Antes da votação em segundo turno, deve haver mais três sessões de discussão. Se aprovada nas duas etapas, a proposta seguirá à Câmara dos Deputados.

Viana lamenta recuo de Trump em acordo do clima

Jorge Viana (PT-AC) manifestou preocupação com o fato de o presidente Donald Trump romper o compromisso assumido pelos Estados Unidos de reduzir gases de efeito estufa. Acordo com essa meta foi assinado por quase 200 países em 2015.

Presidente da Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas, Viana convocou reunião na próxima semana para debater o tema.



Pedro França/Agência Senado

Valadares defende extração de água do Rio São Francisco

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) defendeu a implantação do Projeto Xingó, de extração de água do Rio São Francisco, e disse que o canal promoverá o desenvolvimento do interior de Sergipe. O canal, que terá 290 quilômetros, servirá, disse, para irrigação e para a distribuição de água para consumo humano e animal em uma região que sofre com as secas há muitos anos.



Marcio Moraes/Agência Senado

Debatedores sugerem projeto que modifica audiência de custódia

Participantes de debate na Comissão de Direitos Humanos afirmaram que o prazo de 24 a 72 horas para realizar as audiências, estabelecido em proposta, é curto, mas salientaram que a iniciativa tem diminuído o número de prisões desnecessárias

INCENTIVADAS EM TODO o país desde 2015, as audiências de custódia têm ajudado a reduzir o número de prisões desnecessárias e contribuído na fiscalização da ocorrência de abuso e tortura por policiais, conforme evidenciou debate ontem na Comissão de Direitos Humanos (CDH). Os debatedores, contudo, divergiram sobre pontos da proposta aprovada pelo Senado no final de 2016 e encaminhada para a Câmara dos Deputados que cria regras para a audiência de custódia (PLS 554/2011). O texto estabelece um prazo máximo de 24 horas — que pode ser ampliado para até 72 horas em casos excepcionais — para ouvir o preso acompanhado de advogado ou defensor público. Para o promotor Paulo Rubens Parente, da Associação

Nacional dos Membros do Ministério Público, o prazo de 24 horas para que sejam realizadas as audiências é impraticável em muitos municípios do interior do país. Defensor público do estado de São Paulo, Carlos Weiss ressaltou que a audiência de custódia exige a presença do preso, que poderá tanto fazer uma denúncia como ter sua condição de integridade física confirmada pelo juiz.

Celeridade

Para o representante da Polícia Rodoviária Federal, Eduardo Siqueira Campos, a audiência de custódia, que conta com o Ministério Público e a Defensoria Pública, dá celeridade ao processo — Concordamos com a possibilidade de se utilizar a audiência não apenas para avaliar a legalidade da pri-



Senador José Medeiros (C) considera a audiência de custódia uma evolução

são, mas para que naqueles delitos sem violência se faça um juízo como um todo, gerando economia para o erário público.

Para o vice-presidente do Instituto de Defesa do Direito de Defesa, Hugo Leonardo, essa ideia viola a Constituição por descumprir o direito de o acusado montar sua defesa.

— Ouvir o preso e querer

extrair um veredicto é colocar a carroça diante dos bois.

Marcos Faleiros, da 11ª Vara Criminal de Cuiabá, afirmou que as audiências de custódia evitam a entrada no sistema prisional de quem não é bandido. A presidente da CDH, Regina Sousa (PT-PI), e José Medeiros (PSD-MT) concordaram:

— É a sociedade em evolução — afirmou Medeiros.

Arte floral japonesa deverá ganhar data comemorativa

A tradicional arte japonesa de fazer arranjos florais poderá ser comemorada todo dia 23 de setembro, no início da primavera. o Plenário aprovou ontem substitutivo ao projeto que cria o Dia Nacional da Ikebana (PLC 55/2008), para difundir e celebrar esses elementos de harmonização e embelezamento dos ambientes. Antes de ir para a sanção presidencial, o texto ainda terá que passar por nova votação no Plenário.

Assim como outras artes tradicionais japonesas, a ikebana é hoje largamente praticada em vários países.

O texto original, do deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), previa a criação do Dia Nacional da Ikebana-Sanguetsu, um dos estilos da arte, que promete revitalizar as energias gastas pelos cidadãos para que alcancem paz e equilíbrio.

No Senado, a então senadora Fátima Cleide apresentou substitutivo, aprovado na Comissão de Educação (CE), ampliando a homenagem a toda a arte de harmonização por meio dos arranjos florais. Em decorrência da alteração, o projeto criando o Dia Nacional da Ikebana voltará ao Plenário para nova votação.

Comissão rejeita modificar controle sanitário de produtos agropecuários importados

O projeto de lei que traz modificações no controle sanitário de produtos agropecuários importados nas formas in natura ou semiprocessada foi considerado, no relatório de Ronaldo Caiado (DEM-GO), uma “afrenta evidente a normas internacionais assinadas pelo Brasil e o interesse de resguardar a produção nacional contra medidas protecionistas de outros países”.

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) apoiou ontem o parecer e rejeitou o PLC 49/2015, do deputado Luis Carlos Heinze (PP-RS).

Caiado reconheceu que ini-

cialmente apoiou a proposta, quando a relatou na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). Mas, após reunir-se

com técnicos do governo, decidiu pela rejeição.

— Se uma proposta como esta virar lei, gerará conten-

ciosos no âmbito do Mercosul e da Organização Mundial do Comércio, podendo resultar em sanções de importantes mercados a nossos produtos.

e comerciais com as nações vizinhas, uma vez que as novas exigências “certamente seriam encaradas como restrições disfarçadas ao comércio”.

Pelo projeto, produtos agropecuários importados in natura ou semiprocessados só poderiam ser comercializados, processados, industrializados, estocados ou transitar pelo território nacional se fossem submetidos à análise de resíduos de agrotóxicos, micotoxinas ou outras substâncias tóxicas; e submetidos à inspeção sanitária com laudo atestando a inexistência de infecções ou infestações.

Benedito de Lira cobra liberação de estoques de milho para pequeno produtor do Nordeste

A portaria que libera milhares de toneladas de milho dos estoques públicos para socorrer pequenos agricultores e pecuaristas atingidos pela seca no Nordeste está travada no Ministério da Fazenda devido a trâmites



Marcos Oliveira/Agência Senado

burocráticos, lamentou Benedito de Lira (PP-AL). O senador cobrou do governo federal a liberação.

— Terra rachada, plantações torradas e animais esqueléticos são a paisagem predominante no semiárido.

Paim pede indicação de membros para a CPI da Previdência

“Quem tem medo da CPI da Previdência?”, questionou Paulo Paim (PT-RS). Ele lembrou que 62 senadores assinaram o requerimento de criação da comissão e cobrou a indicação dos integrantes.

Para Paim, trata-se de uma oportunidade para esclarecer como está sendo feita a cobrança de R\$ 426 bilhões que as empresas devem ao INSS.

O senador também cumprimentou a bancada do PMDB por se posicionar contra a sanção do projeto que amplia as hipóteses de terceirização.



Pedro Franco/Agência Senado

Reforma será uma catástrofe para o país, diz Gleisi

A reforma da Previdência proposta pelo governo Temer será uma “catástrofe” para o país, que tem 40% do seu dinheiro em circulação provenientes de benefícios previdenciários, afirmou Gleisi Hoffmann (PT-PR).

A senadora divulgou dados do economista Marcio Pochmann, da Unicamp, mostrando que, se as regras mudarem como proposto, o mercado receberá 15% de pessoas a mais, que vão deixar de se aposentar. Isso, a seu ver, provocará aumento do desemprego.



Pedro Franco/Agência Senado

Rose de Freitas propõe pensamento em longo prazo

Rose de Freitas (PMDB-ES) defendeu a reforma da Previdência para a retomada do equilíbrio e a redução do déficit econômico do Estado, mas sem sacrifício do trabalhador, com diferenciação entre homens e mulheres e após muito debate.

A senadora considera que é necessário “pensar em longo prazo”. Ela citou as projeções para os próximos 50 anos no Brasil, com maior expectativa de vida e perspectiva de triplicar os idosos e reduzir o número de crianças e a população economicamente ativa.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Raupp lamenta efeitos econômicos da Carne Fraca

“Não é possível que milhares de frigoríficos que atuam estritamente dentro das regras sanitárias acabem prejudicados por meia dúzia de estabelecimentos cujas operações estão sendo averiguadas pela Justiça”, disse Valdir Raupp (PMDB-RO). Segundo o senador, a redução das exportações após a Operação Carne Fraca levou à queda das receitas e da geração de empregos no setor.

Raupp afirmou que, devido à atuação do governo, vários países voltaram a importar a carne brasileira.



Waldemir Bonetto/Agência Senado

Flexa Ribeiro critica ação do Ibama que fechou frigoríficos

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) disse que vai sugerir ao Ministério do Meio Ambiente estender ao setor de produção animal a atuação de um grupo de trabalho criado no Pará para tratar do manejo do setor madeireiro. A ideia, disse o senador, surgiu depois que a Operação Carne Fria, do Ibama, fechou frigoríficos que abateram animais criados em fazendas interditas devido ao desmatamento.

Flexa disse que o agronegócio no Pará sofre porque o governo “não dá condições para que a atuação seja dentro da lei”.



Waldemir Bonetto/Agência Senado